

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

CAFÉ PACÍFICO S.A.

CNPJ/MF nº 55.567.582/0001-84



BALANÇO PATRIMONIAL - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
Ativo Circulante				Passivo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	3.241	9.899	Fornecedores	11	36.522	18.179
Contas a receber de clientes	4	19.235	16.810	Passivos de arrendamento	8	21.112	27.530
Estoques	5	33.976	21.206	Salários e encargos sociais	12	9.775	1.802
Contas a recuperar	6	116.695	1.358	Obrigações tributárias	13	5.248	2.947
Pagamentos antecipados	6	6.695	4.557	Obrigações tributárias	14	2.680	2.207
Demais contas a receber	349	95	95	Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	1.634	-
Total do ativo circulante	80.141	53.925	-	Resultado diferido, líquido		97	-
Ativo não circulante				Partes relacionadas		3.785	-
Realizável a longo prazo				Demais contas a receber	15	2.735	616
Tributos a recuperar	6	28.397	-	Total do passivo circulante	179.789	63.610	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	2.315	-	Passivo não circulante			
Direito de uso	8	107.807	124.103	Provisão para demandas judiciais		175	-
Imobilizado	9	82.401	69.847	Resultado diferido, líquido		121	-
Intangível	10	995	1.169	Demais contas a receber	8	89.248	95.337
Total do ativo não circulante	211.915	193.961	-	Imposto de renda e contribuição social	23	89.885	95.337
Total do ativo	302.056	247.886	-	Total do passivo	169.674	158.947	-
				Patrimônio líquido			
				Capital social	16	61.704	12.433
				Reserva de capital	16	78.422	78.422
				Prejuízo acumulado	16	(7.744)	(1.916)
				Total do Patrimônio líquido	132.382	88.939	-
				Total do passivo e do patrimônio líquido	285.750	247.886	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Café Pacífico S.A. ("Café Pacífico" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Rua Lemos Monteiro, 120 - Butantã - São Paulo - SP, inscrita no CNPJ nº 55.567.582/0001-84. A Companhia atua no ramo de exploração da marca Starbucks no Brasil, com (i) operação de lojas de varejo de café, distribuição de cafés e seus produtos, bebidas e produtos relacionados, bem como outros produtos relacionados; (ii) o comércio de produtos alimentícios em geral, varejista e/ou atacadista, e de refeições, inclusive; (iii) comércio de produtos de merchandising; (iv) a importação, comercialização e distribuição de materiais, bens e produtos relacionados às atividades mencionadas acima, inclusive, mas não limitada a cafés, chá, bebidas não alcoólicas enlatadas, sorvetes, produtos e misturas, bem como outros produtos alimentícios que integram as marcas da Starbucks, licores da marca Starbucks e outros, e a importação de saneantes; (v) prestação de serviços de treinamento em gerenciamento de montagem de loja e administração em geral, incluindo a área de negócios e terceiros, (vi) a prestação de serviços de consultoria, consultoria e orientação e assistência operacional para a gestão do negócio a empresa e as outras organizações, em matéria de planejamento, gestão etc., inclusive exportação desses serviços; (vii) a prestação de serviços de consultoria em publicidade e propaganda, inclusive exportação desses serviços; e (viii) a participação em outras sociedades como sócio ou acionista. A Companhia é uma controlada indireta da Multibada Capital LLC. O direito à exploração de restaurantes com a marca "Starbucks" foi obtido mediante contrato "Master Franchise" firmado com a Starbucks Corporation em 17 de junho de 2024. Com a assinatura dos contratos a Café Pacífico passou a ter o direito exclusivo de desenvolver e operar lojas, por meio de operação "franchise" com a marca STARBUCKS no Brasil durante um período de 15 anos, podendo ser renovados por igual período, caso haja interesse das partes. A Companhia obtém da Starbucks Corporation, detentora da marca Starbucks, o franqueamento pelo prazo de 15 anos contados a partir da data da Master Franchise. Na abertura de cada loja é paga em parcela única o valor de US\$25 mil a título de Franchise Fee. São pagos também Royalties de 2% sobre o faturamento líquido da loja, além da obrigação de pagar royalties de 2% podendo chegar a 2,5% sobre as vendas líquidas com Fundo de Marketing. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 112 e 114 lojas operacionais, respectivamente, em todo o Brasil.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

Base de preparação: As demonstrações financeiras ("Demonstrações Financeiras") foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), bem como em conformidade com as normas contábeis internacionais ("IFRS" - Accounting Standards), emitidas pelo Conselho Internacional de Normas Contábeis ("IASB") em conformidade com o CPC 07/CTG 07 - Evidência na Divulgação dos Relatórios Contábeis Financeiros do Proósito Geral, todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. As políticas contábeis materiais adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nas pronunciações interpretativas emitidas pelo Comitê de Pronunciações Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Essas políticas também consideram as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee ("IFRIC Interpretations") ou pelo seu órgão antecessor, o Standing Interpretations Committee ("SIC Interpretations"). A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, portanto, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia. As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros não determinados razoavelmente para as condições e premissas que podem diferir dos resultados efetivos. A Administração adota todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC, que estavam vigentes em 31 de dezembro de 2025 (Nota 2.16). As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal de negócios e a Administração efetua periodicamente uma avaliação da capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades operacionais. Os resultados operacionais da Companhia estão sujeitos à sazonalidade que comumente afeta a indústria de varejo. As vendas geralmente são melhores em períodos de férias escolares (janeiro, julho e dezembro) e, principalmente para as lojas localizadas em shopping centers, nas semanas que antecedem datas comemorativas como Dia das Mães (maio), Dia dos Namorados (junho), Dia dos Pais (agosto), Dia das Crianças (outubro), Halloween (novembro) e Natal (dezembro). Dessa forma, cada trimestre tem seu efeito sazonal no resultado da Companhia. As demonstrações financeiras comparativas relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2024 abrangem o período de 05 de junho de 2024 a 31 de dezembro de 2024, por se tratar do período inicial de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Dessa forma, os resultados comparativos não são integralmente comparáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2025. A demonstração financeira da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi concluída e aprovada pela diretoria da Companhia em 26 de março de 2026. Estimativas: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registros nas demonstrações financeiras, inclusive em períodos subsequentes. 2.1. **Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e a apresentação das demonstrações financeiras da Companhia é o Real. 2.2. **Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são avaliados em Reais com base na taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. 2.3. **Reconhecimento da receita:** A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para a Companhia e que a mesma possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente principal e, ao final, conclui que está atuando como agente principal e, portanto, reconhece a receita. 2.4. **Venda de produtos:** A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na entrega física de produtos ao comprador. Quando se aplica a venda de produtos financeiros e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica "receita financeira", na demonstração de resultado. 2.5. **Tributos: Imposto de renda e contribuição social - correntes:** As alíquotas dos tributos e as leis tributárias usadas para calcular o montante dos tributos são aplicadas ao longo do período de cada exercício em vigor na data do balanço. A Companhia está inserida no Lucro Real Anual, com aplicação da alíquota de 34%. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. **Tributos diferidos:** Tributos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases de cálculo de ativos e passivos contábeis e os valores contábeis. Os passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ativo ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o balanço contábil ou o lucro líquido ou prejuízo fiscal. Tributos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias de créditos e perdas tributárias não utilizadas. A extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e revertido na extensão em que não seja provável que os tributos diferidos ativos sejam utilizados para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Tributos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados com base nos tributos que são taxados ou que serão aplicados no período de cada exercício ou passivo líquido, com base nas taxas dos tributos (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço (em 31 de dezembro de 2025 e de 2024 foi aplicado 34%). Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os tributos diferidos são relacionados a mesma entidade tributada e sujeitos a mesma autoridade tributária. Quando a Companhia realiza o reconhecimento e a contabilização de ativos de tributos diferidos decorrentes dessas diferenças, Tributos diferidos (PIS, COFINS e ISS) sobre: sobre a prestação de serviços, são calculados PIS, COFINS e ISS, com alíquotas de 1,5%, 7,6% e 5%, respectivamente. Reforma Tributária em Consumo: Em 26 de dezembro de 2023, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a RFA tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) que substituirá o PIS e o COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também aprovada a Emenda Constitucional ("EC") nº 133, que altera a legislação federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos da legislação complementar aplicável. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado pelo presidente da República em 15 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. A regulamentação e a instituição do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CG-IBS) foram inicialmente tratadas no Projeto de Lei Complementar nº 108/2024, posteriormente convertido na Lei Complementar nº 227/2024. Parte dos aspectos estruturantes do IBS, contudo, já havia sido disciplinada pela Lei Complementar nº 214/2025, originada do PLP 68/2024, que estabelece a Lei Geral do IBS da CBS e do Imposto Selo. Apesar desses avanços normativos, a regulamentação completa do Comitê Gestor do IBS ainda depende da edição de legislação complementar adicional. Haverá um período de transição entre 2025 e 2026, no qual os dois sistemas tributários e o notívulo coexistirão. O ano de 2025 será destinado à fase de testes operacionais, com emissão de alíquotas reduzidas da CBS e do IBS, sem substituição efetiva do PIS, do COFINS, do ICMS e do ISS. A substituição gradual dos tributos ativos pelos novos tributos terá início a partir de 2027, com a redução progressiva das alíquotas dos tributos substituídos e aumento correspondente das alíquotas da CBS e do IBS, até sua plena implementação. Até a presente data, embora a reforma tributária já tenha sido sancionada, a parte de suas diretrizes estruturais tenha sido incorporada ao ordenamento jurídico, as normas complementares essenciais ainda não foram publicadas. Considerando que o início efetivo da transição ocorrerá somente a partir de 2026, ainda não existem efeitos contábeis mensuráveis e suficientemente confiáveis a serem reconhecidos nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. 2.6. **Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente:** As políticas contábeis do Grupo estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras. **Classificação de Ativos Financeiros:** O CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9 aborda a classificação e mensuração de ativos financeiros, que abrangem três principais categorias: "mensurados ao custo amortizado", ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VLR"). A norma elimina as categorias existentes no CPC38 (IAS 39) de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda. **Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros:** A Companhia adota o CPC 48/NBC TG 48/IFRS 9, o qual substitui o modelo de "perdas incógnitas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas amortizadas". Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. Para as aplicações financeiras, caixas e equivalentes de caixa, a Companhia não obtém efeitos relevantes nas perdas de crédito, dadas as notórias elevadas de suas contrapartes. A carteira de recebíveis operacionais, com exceção de teste de valor recuperável de acordo com a norma e em conformidade com a política interna, a qual é moldada na probabilidade de realização, perda efetiva e predizível a provisão para créditos de liquidação duvidosa. 2.6. **Imobilizado:** Os itens de imobilizado são apresentados ao custo de aquisição ou construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas menos a redução ao valor recuperável, quando aplicável. Quando parte de seus direitos de imobilizado é substituída, a Companhia reconhece este item como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. Um item de imobilizado é considerado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos ativos, conforme informado na (Nota 9). 2.7. **Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E PERÍODO DE 05 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	17	378.935	76.193
Custo das mercadorias e dos produtos vendidos	18	(126.005)	(22.634)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		252.930	53.559
Despesas operacionais		-	-
Com lojas	19	(207.649)	(45.356)
Gerais e administrativas	20	(40.122)	(9.935)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras e dos impostos		5.159	(1.732)
Receitas financeiras	21	654	88
Despesas financeiras	22	(12.321)	(272)
Resultado financeiro, líquido		(11.667)	(184)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(6.508)	(1.916)
Imposto de renda e contribuição social	23	681	-
Resultado líquido do exercício/período		(5.827)	(1.916)
Resultado básico por ação (expresso em Reais por ação)		(0,062)	(0,020)
Resultado diluído por ação (expresso em Reais por ação)		(0,065)	(0,020)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E PERÍODO DE 05 DE JUNHO A 31 DE DEZEMBRO DE 2024 (Valores expressos em milhares de Reais)

	2025	2024
Resultado líquido do exercício/período	(5.827)	(1.916)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício/período	(5.827)	(1.916)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. ESTOQUES

	31.12.2025	31.12.2024
Mercadoria para revenda	10.563	6.575
Centro de distribuição	23.800	14.631
Materiais de uso e consumo	363	-
Provisão p/ perdas dos estoques	(870)	-
Total de estoques	33.976	21.206

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	31.12.2025	31.12.2024
IRRF a compensar	164	7
ICMS a compensar	7.832	1.304
PIS não cumulativo a recuperar (I)	6.608	8
COFINS não cumulativo a recuperar (I)	30.438	39
Total de tributos a recuperar	45.042	1.358
Circulante	16.645	1.358
Não Circulante	28.397	-

7. PAGAMENTOS ANTECIPADOS

	31.12.2025	31.12.2024
Adiantamentos a fornecedores	6.695	4.557
Total de pagamentos antecipados	6.695	4.557

8. ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. A Companhia reconheceu como ativo ("direito de uso"), os seus contratos referentes a locação de imóveis operacionais (lojas). Consequentemente, o resultado operacional foram afetados. Ao determinar o prazo de arrendamento, a Companhia analisa os fatos e as circunstâncias que geram o fator econômico para o exercício de uma decisão de prorrogação ou de rescisão de contrato. Os contratos de arrendamentos operacionais vigentes possuem prazo médio de 10 anos e as renovações são consideradas como novos contratos e são reconhecidos quando há certeza razoável de que será prorrogado. Adicionalmente, a política é de efetuar a renovação se aplicável, a partir de um ano antes do vencimento do contrato de arrendamento. Os fluxos reais excluindo inflação estimada dos próximos anos de pagamentos, foram estimados sobre de impostos e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor líquido ao passivo de arrendamento a valor presente. A taxa de empréstimo incremental (desconto) utilizada para o cálculo a valor presente dos contratos foi baseado no CDI projetado - spread atual (taxa nominal). Em conformidade com a referida norma contábil, na mensuração e na renovação de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados.

	31.12.2025	31.12.2024
Ativos arrendados	107.807	124.103
Direito de uso de arrendamentos	107.807	124.103
Total de ativos arrendados	107.807	124.103
Passivos arrendados	211.112	27.530
Obrigações de arrendamentos - Circulante	89.589	109
Obrigações de arrendamentos - Não circulante	121.523	27.421
Total de passivos arrendados	110.701	122.867

Movimentação de direito de uso de arrendamento mercantil

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	124.103	127.994
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício/período	8.179	2.885
Amortização de direito de uso (aluguel) (Nota 19)	(23.083)	(6.776)
Tributos incidentes sobre amortização de arrendamentos	(1.392)	-
Saldo final	107.807	124.103

Movimentação de obrigações de arrendamento mercantil

	31.12.2025	31.12.2024
Saldo inicial	122.867	127.994
Adições e atualizações de arrendamentos reconhecidos no exercício/período	8.179	2.885
Impostos incidentes sobre pagamentos de arrendamentos	(1.872)	(8.216)
Despesa Juros de arrendamento mercantil incorrida (Nota 22)	10.993	204
Tributos incidentes sobre juros de arrendamentos	479	-
Saldo final	110.701	122.867

9. IMOBILIZADO

	31.12.2025	06/2024 a 12/2024	06/2024 a 12/2024
Receita bruta de vendas	400.175	85.957	85.957
Deduções das receitas de vendas	(21.240)	(9.764)	(9.764)
Total receita operacional líquida	378.935	76.193	76.193

10. INTANGÍVEL

	31.12.2025	31.12.2024
Instalações, benfeitorias e projetos	(53.988)	37.762
Máquinas e equipamentos	10%	17.909
Móveis e computadores	5%	3.253
Outros ativos	210	-
Total de imobilizado	82.401	69.847

11. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

	31.12.2025	06/2024 a 12/2024	06/2024 a 12/2024
Custos com alimentos, bebidas e embalagens	(109.588)	(22.248)	(22.248)
Outros Custos	(16.417)	(386)	(386)
Total custos dos bens	(126.005)	(22.634)	(22.634)

12. DESPESAS COM VENDAS

	31.12.2025	06/2024 a 12/2024	06/2024 a 12/2024
Despesas com pessoal	(25.321)	(6.182)	(6.182)
Resultado líquido na baixa de imobilizado (Nota 9)	(2.862)	-	-
Serviços diversos	(9.015)	(3.488)	(3.488)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.924)	(265)	(265)
Total de despesas gerais e administrativas	(40.122)	(9.935)	(9.935)

13. RECEITAS FINANCEIRAS

→ continuação

Os principais componentes do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão demonstrados a seguir:

	31.12.2025	06/2024 a 12/2024
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Diferenças temporárias	-	-
Provisão para demandas judiciais	246	-
Provisão bônus	3.264	-
Provisão para baixa de ativos	2.862	-
Provisão para perda de estoque	870	-
Outras	(433)	-
Base de cálculo	6.809	-
Alíquota vigente	34%	34%
31.12.2025	2.315	-
(-) Tributos diferidos não reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos - ativo	2.315	-
Base de cálculo	-	-
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos - passivo	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	2.315	-

A previsão de realização dos tributos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2025 está demonstrada a seguir:

Ano	2025	2026
	2.315	2.315
Total de tributos diferidos ativos	2.315	2.315

Com base no CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia reconheceu os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias considerando a expectativa da sua realização futura.

24. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

A Administração revisa e estabelece políticas para dos riscos que está exposta, os quais são apresentados a seguir: **Risco de mercado:** O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, de ações, entre outros. Para a análise de sensibilidade de variações dos riscos analisados, a Administração adotou para o cenário provável as taxas de juros projetadas para 2025. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 50% e 25% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável. As análises de sensibilidade nas seções seguintes referem-se à posição em 31 de dezembro de 2025. **Risco de taxa de juros:** Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de

mercado. A exposição ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. **Sensibilidade a taxas de juros:** Na data dessas informações trimestrais, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros eram:

Instrumento de taxa variável	31.12.2025	06/2024 a 12/2024
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras (Nota 3)	513	8.614

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, e para cenário provável utilizamos o CDI acumulado de 14,46%.

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Provável	50%	25%	-25%	-50%
Aplicações financeiras (Nota 3)	513	Varição DI	203	102	51	(51)	(102)

Risco de câmbio: *Sensibilidade a taxas de câmbio:* A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de câmbio em 2025	Provável	50%	25%	-25%	-50%
Obrigações corporativas	5.234	Varição dólar americano	5,6334	5.234	2.617	1.309	(1.309)	(2.617)

Risco de crédito: A tabela abaixo demonstra o *Rating* dos valores aplicados (Nota 3) conforme a agência *Fitch*.

Rating	31.12.2025	06/2024 a 12/2024
AAA	513	8.614

Risco de liquidez: A tabela a seguir demonstra os riscos de liquidez dos principais instrumentos financeiros por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro não descontado da Companhia em 31 de dezembro de 2025:

Exposição patrimonial	2025					
	Saldo contábil	Fluxo financeiro	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	de 1 a 5 anos	Total
Ativos						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	3.241	3.241	3.241	-	-	3.241
Contas a receber (Nota 4)	19.235	19.235	18.850	385	-	19.235
Passivo						
Passivo de arrendamento (Nota 8)	110.701	164.766	8.640	25.919	130.207	164.766
Fornecedores e demais contas a pagar (Nota 11)	36.522	36.522	36.522	-	-	36.522
Obrigações corporativas	5.234	5.234	5.234	-	-	5.234
Obrigações tributárias (Nota 14)	4.314	4.314	3.694	620	-	4.314

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Café Pacífico S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Café Pacífico S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo

CAFÉ PACÍFICO S.A.

Gestão do capital: Os ativos podem ser financiados por capital próprio ou capital financiado. Caso a opção por capital próprio seja feita, esta pode utilizar recursos provenientes de aportes de capital pelos acionistas. É importante apenas assegurar que seja mantida uma estrutura de capital eficiente, que propicie solidez financeira e ao mesmo tempo viabilize seu plano de negócios. O capital é gerenciado por meio de índices de alavancagem, que são definidos como endividamento líquido dividido pela soma EBITDA ajustado excluindo os efeitos do IFRS 16/ CPC 06 (R2) / NBC TG 06 (R3) dos últimos 12 meses, e endividamento líquido dividido pela soma do endividamento financeiro líquido e patrimônio líquido total. A Administração procura manter esta relação em níveis iguais ou inferiores aos níveis da indústria. A Administração inclui na dívida líquida, quando aplicável os empréstimos e financiamentos (inclui as debêntures), *swaps*, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras circulante e não circulante, e títulos e valores mobiliários vinculados, circulante e não circulante. A estrutura do capital é formada pelo endividamento líquido, definido como o total de empréstimos e financiamentos (incluindo as debêntures), líquido de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e outros ativos financeiros de curto prazo e pelo capital que é definido como o patrimônio líquido total dos acionistas e endividamento líquido, todos com base nos dados considerados. A Companhia não está sujeita a nenhuma necessidade de capital imposta externamente. O capital total é definido como o total do patrimônio líquido somado à dívida líquida como segue:

	31.12.2025	06/2024 a 12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	(3.241)	(9.899)
Passivo de arrendamento a pagar (Nota 8) (i)	110.701	122.867
Dívida líquida	107.460	112.968
Patrimônio líquido	132.382	88.939
Capital total	239.842	201.907
Índice de alavancagem financeira - %	44,80%	55,95%

(i) Inclui circulante e não circulante, líquido dos custos.

25. VALOR JUSTO

Metodologia de cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros: Definição do valor justo é a quantia pela qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso em transação sem favorecimento. Hierarquização em 3 níveis para a mensuração do valor justo, sendo que a mensuração do valor justo é baseada nos *inputs* observáveis e não observáveis. *Inputs* observáveis refletem dados de mercado obtidos de fontes independentes, enquanto *inputs* não observáveis refletem as premissas de mercado da Companhia. Esses dois tipos de *inputs* criam a hierarquia de valor justo apresentada a seguir: Nível 1 - Preços cotados para instrumentos idênticos em mercados ativos; Nível 2 - Preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais *inputs* são observáveis; e Nível 3 - Instrumentos cujos *inputs* significantes não são observáveis. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os valores justos dos ativos e passivos financeiros aproximam-se ao valor contábil, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2025			06/2024 a 12/2024		
	Valor contábil	Valor justo	Nível do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Nível do valor justo
Ativos						
Custo Amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	2.728	2.728	2	1.285	1.285	2
Contas receber de clientes (Nota 4)	19.235	19.235	2	16.810	16.810	2
Valor justo por meio do resultado						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	513	513	2	8.614	8.614	2
Passivos						
Custo Amortizado (com valor justo divulgado)						
Fornecedores e demais contas a pagar (Nota 11)	36.522	36.522	2	18.179	18.179	2
Obrigações corporativas (Nota 8)	5.234	5.234	2	2.947	2.947	2
Passivos de arrendamento (Nota 8)	110.701	110.701	2	122.867	122.867	2

26. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2025, as coberturas dos seguros, em valores (não auditado a suficiência das coberturas calculadas pela seguradora), são assim demonstradas:

	Limite máximo de indenização
Local segurado	
Responsabilidade Civil Administrativo/ Diretores (D&O)	50.000
Responsabilidade Civil (POSI) - GERAL	40.000
Errors and Omissions (E&O) - GERAL	15.000
Patrimonial (RO) - Média	9.704

DIRETORIA

Gabriel Magalhães da Rocha Guimarães
Diretor Vice Presidente Adm. Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADOR

Felipe Roma Soares - CRC SP-349953/O-0

as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Sérgio Antonio Dias da Silva
Contador
CRC 1RJ062926/O-9 "T" SP

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que instituiu a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 09/04/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link